



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,  
REVISÃO E REDAÇÃO**

**SESSÃO: 009.3.55.O**

**DATA: 15/02/17**

**TURNO: Noturno**

**TIPO DA SESSÃO: Deliberativa  
Extraordinária - CD**

**LOCAL: Plenário Principal - CD**

**INÍCIO: 20h**

**TÉRMINO: 20h39min**

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

**Obs.:**

**Ata da 9ª Sessão da Câmara dos Deputados, Deliberativa Extraordinária,  
Noturna, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 55ª Legislatura, em 15 de  
fevereiro de 2017,**

**Presidência dos Srs.:**

**Rodrigo Maia, Presidente.**

**ÀS 20 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:**

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



### **I - ABERTURA DA SESSÃO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 477 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

### **II - LEITURA DA ATA**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

### **III - EXPEDIENTE**

**(Não há expediente a ser lido)**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Passa-se às

#### **IV - BREVES COMUNICAÇÕES**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Mantenho o painel.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Novo painel.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Deputado, estou tentando fazer um acordo aqui. Nós vamos votar as matérias. Fique tranquilo.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Mas estamos em um processo de obstrução em relação ao texto principal da matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Novo painel.

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Novo painel.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Cajar Nardes.

**O SR. CAJAR NARDES** (PR-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas anunciar a presença da Deputada Estadual Liziane Bayer, 1ª Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence por 1 minuto.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que assiste à sessão, eu solicito a divulgação deste meu pronunciamento nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Hoje tivemos em São Paulo uma grande mobilização em defesa do Programa Minha Casa, Minha Vida. Nós sabemos que está em curso uma negociação entre os movimentos de luta pela moradia e o Governo, o Ministro Bruno Araújo em torno da garantia da conclusão das obras iniciadas, em particular as da Faixa 1, aqueles empreendimentos de entidades.

Nós temos que reforçar aqui o pedido para que o Ministro Bruno Araújo atenda a direção dos movimentos, negocie e libere os recursos aprovados mediante acordo da Oposição com o Governo na última sessão do Congresso Nacional, que aprovou os PLNs com o voto da Oposição em torno da liberação desses recursos.

A Oposição fez um acordo com o Governo. Como Líder da Minoria, derrubamos os vetos do Presidente Temer à renegociação das dívidas das cooperativas da agricultura familiar, à insalubridade para agentes comunitários de saúde, à agência de fomento de apoio à micro e pequena empresa e à realização da Conferência das Cidades. Esses foram os PLNs para o Minha Casa, Minha Vida.

Então, nós temos de registrar que é responsabilidade do Governo negociar e alocar os recursos para a conclusão das obras. São centenas de milhares de brasileiros envolvidos, são os movimentos sociais que estão na rua, com grande mobilização popular.



Temos de garantir também a realização da Conferência das Cidades para atualizarmos o programa da reforma urbana para o Brasil.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Registrem a presença para que possamos abrir a Ordem do Dia e encerrar a votação.



**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, permite-me usar a palavra enquanto aguardamos o quórum?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É claro.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria lamentar que hoje, na Comissão de Reforma da Previdência, o Marcelo Abi-Ramia Caetano, Secretário de Previdência Social, quando cobrado dos dados que alegava a respeito do déficit, fez uma salada toda entre regime geral, regime próprio e militares e disse que os dados estavam à disposição na Internet.

Primeiro, não deve ser uma resposta de um Secretário que vem a uma Comissão para dar esclarecimentos dizer que os dados estão na Internet.

Segundo, a proposta já deixou muito a desejar. No seu envio, deveria ter constado, na justificativa da proposta, todo o impacto econômico-financeiro da proposta da reforma e da famosa alegação de déficit, que na verdade não é desse tamanho.

O Governo, entretanto, continua com a sua propaganda enganosa. Em página inteira, jornais de ontem falavam do tal déficit, deixando apavorados com o futuro aqueles que não terão direito à sua aposentadoria. Isso não é verdade. Nós desmentimos claramente essa posição.

Inclusive levamos em consideração que o Governo aprovou, quase no final do semestre, a nova DRU — Desvinculação de Receitas da União, retroagindo a sua incidência a 1º de janeiro. E, mesmo que seja em conta de compensação, tiraram no ano passado 120 bilhões — eu estou falando bilhões — da Seguridade Social. No período todo da DRU, até 2023, vão tirar 1 trilhão de reais.



Portanto, não é essa a história. Não é verdade essa fantasia do déficit, que é aquilo que dá sustentabilidade ao discurso mentiroso. E nós estaremos aqui cobrando do Governo esses dados para um requerimento de informações, exigindo os dados concretos.

Não tenho que ir à Internet coisíssima nenhuma. O Secretário é obrigado a informar à Comissão os dados da mudança que quer fazer na reforma da Previdência. Lamento que o Secretário não tenha trazido esclarecimentos à Comissão.



**O SR. AFONSO FLORENCE** - Sr. Presidente, posso falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Pode, Deputado.

**O SR. AFONSO FLORENCE** (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar e agradecer a sempre cordial concessão da palavra de V.Exa.

Sras. e Srs. Deputados, eu votei a favor do substitutivo global. Considero muito importante o pronunciamento de V.Exa. no sentido de que, se não houver unanimidade ou maioria expressiva, fará, de ofício, votação nominal para os destaques controversos.

Quero registrar a minha posição a favor do destaque que retira do texto o artigo que autoriza a repatriação de recursos para os cônjuges e parentes de políticos envolvidos em processo de corrupção.

Eu acho que houve, realmente, um debate. Eu participei, como Líder do PT, como Líder da Minoria do Congresso, do debate anterior sobre a repatriação. Não houve tempo hábil para a adesão expressiva. Prefeitos e Governadores estão na expectativa.

Eu considero que a votação nominal, nesse destaque, vai permitir que venhamos a dirimir qualquer dúvida da posição dos Parlamentares sobre esse tema.

Muito obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alberto Fraga.

**O SR. ALBERTO FRAGA** (DEM-DF. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu votei “não” a este projeto. Nesta Casa que sempre clama por respeito, vejam o que está prestes a ser votado. Isso é uma estupidez. Isso é falso moralismo.

Nós estamos dizendo, no texto que vai ser votado nesse destaque, que o marginal, o contrabandista, o traficante podem repatriar dinheiro, mas o parente do político não pode.

Isso é uma estupidez, não é razoável! Estamos colocando o político como alguém pior do que o próprio bandido.

E eu vejo discursos moralistas, quando, na verdade, nós estamos aqui dizendo o seguinte: parente de político é mais bandido do que o próprio traficante.

Então, eu acho isso um absurdo. Peço aos colegas que pensem direitinho na hora de votar uma estupidez como essa.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães.

**O SR. DAVIDSON MAGALHÃES** (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, uso a tribuna, nesta oportunidade, para falar sobre o lançamento do programa de recuperação de 200 mil hectares de cacau-cabruca e implantação de outros 200 mil hectares de sistemas agroflorestais na Mata Atlântica da Bahia, no Município de Arataca pelo movimento Teia dos Povos e pelo Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica.

O projeto visa proteger o bioma no Estado da Bahia conservando, espécies nativas da flora e da fauna, construindo um bem viver para os povos da floresta, os extrativistas, assentados da reforma agrária, pequenos e médios agricultores familiares.

Noventa e dois Municípios serão contemplados com a revitalização e ampliação de uma grande economia de base.

Portanto, esse é um dos instrumentos de recuperação da lavoura do cacau do sul da Bahia que conta com o nosso apoio.

Neste momento, eu gostaria de dar como lido este meu pronunciamento e pedir que ele seja divulgado amplamente pelos meios de comunicação desta Casa.

#### PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uso a tribuna nesta oportunidade para falar sobre o lançamento do programa de recuperação de 200 mil hectares de cacau-cabruca e implantação de outros 200 mil hectares de Sistemas Agroflorestais



---

na Mata Atlântica da Bahia, no município de Arataca, pela Teia dos Povos e o Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica.

O projeto visa proteger o bioma no Estado da Bahia, conservando as espécies nativas da flora e da fauna, construindo um bem viver para os povos da floresta, os extrativistas, assentados da reforma agrária, pequenos e médios agricultores familiares e todos aqueles que acreditam no potencial do cacau-cabruca. Serão 92 Municípios contemplados com a revitalização e ampliação de uma grande economia de base.

O programa vem sendo construído desde 2013 e será executado nos próximos 8 anos com projetos de educação, inovação tecnológica e agroindustrialização, unificados com o turismo e a valorização da cultura e dos ativos regionais dos territórios inseridos no sistema-cabruca, que na Bahia compõe o bioma Mata Atlântica, do Recôncavo ao Extremo Sul do Estado.

Assim, nosso mandato vem acompanhando e incentivando o desenvolvimento da agricultura e preservação do meio ambiente do extremo sul da Bahia.

Pela importância do tema, gostaria que fosse divulgado pelos meios oficiais este pronunciamento.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, hoje a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** - Sr. Presidente, eu quero fazer só uma colocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado. A Deputada Maria do Rosário já está falando.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, hoje a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente esteve com a Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça — CNJ, a Ministra Cármen Lúcia.

Nós e vários dos colegas que aqui se encontram e participam da frente levamos a preocupação com a impunidade dos crimes contra crianças e adolescentes. Citamos como exemplo o fato de o Tribunal de Justiça do Amazonas ter extinguido a pena do ex-Prefeito Adail, da cidade de Coari, condenado pelo abuso e exploração sexual de mais de 100 crianças. Ele foi identificado como o responsável pelos atos por uma CPI desta Casa, que teve como Presidente a Deputada Erika Kokay.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerre, Deputada, por favor.

**A SRA. MARIA DO ROSÁRIO** - Encerrarei, Sr. Presidente.

Recebemos, por parte da Presidente do STF, o compromisso de atenção a este caso. O Tribunal de Justiça do Amazonas reviu, mas, mesmo assim, reduziu a pena.



Sr. Presidente, nós aprovamos leis; nós criamos a lei que estabeleceu o estupro de vulnerável; e nós não podemos ver a impunidade dos crimes sexuais contra a infância. Não podemos aceitar isso!

Por isso, quero aqui deixar registrado o trabalho da Frente Parlamentar.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco/PP-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não posso acreditar que o meu querido amigo, o Deputado Alberto Fraga, do Distrito Federal, tenha falado as palavras que falou aqui com uma convicção, que eu sei que ele deve ter, e com um conhecimento de causa, que eu sei que ele tem.

Ninguém está aqui considerando parente de político coisa ou pessoa pior de quem quer que seja. Retirar esse dispositivo do projeto — eu vou votar a favor da sua retirada — é demonstrar que queremos ajudar o País, como a lei ajudou, sem ter nenhum interesse oculto, próprio ou aproximado.

Portanto, eu peço ao meu amigo Alberto Fraga que revise as palavras que aqui proferiu.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ  
Número Sessão: 009.3.55.O  
Data: 15/02/2017

REDAÇÃO FINAL  
Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD  
Montagem: 5827

---

## V - ORDEM DO DIA

**PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:**



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 266 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



**O SR. EDMILSON RODRIGUES** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Edmilson Rodrigues.

**O SR. EDMILSON RODRIGUES** (PSOL-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero apenas me solidarizar com a luta dos servidores municipais de Belém. Hoje eles fizeram um ato público na busca da negociação, porque o piso salarial ainda é de 2015, cujo valor é de 788 reais. Além disso, o Instituto de Previdência está totalmente caótico.

Os guardas municipais fizeram uma paralisação, na sexta-feira passada, porque, no caso deles, agrega-se a falta de condições de trabalho e de equipamentos, para garantir a segurança dos bens públicos e dos cidadãos de Belém.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item único.

**PROJETO DE LEI Nº 6.568-A, DE 2016**

**(DO SENADO FEDERAL)**

*Continuação da votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 6.568-A, de 2016, que altera a Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, que “dispõe sobre o Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT) de recursos, bens ou direitos de origem lícita, não declarados ou declarados incorretamente, remetidos, mantidos no exterior ou repatriados por residentes ou domiciliados no País; tendo pareceres proferidos em Plenário pelas Comissões de: Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação, na forma do Substitutivo apresentado, e pela rejeição dos PLs nºs 2.926 e 2.617, de 2015, apensados (Relator: Dep. Alexandre Baldy); Finanças e Tributação, pela adequação financeira e orçamentária deste, do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e dos apensados; e no mérito, pela aprovação do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e pela rejeição dos PLs nºs 2.926 e 2.617, de 2015, apensados (Relator:*



*Dep. Alexandre Baldy); e Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, dos PLs nºs 2.926 e 2.617, de 2015; e, no mérito, pela aprovação deste, na forma do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e pela rejeição dos PLs nºs 2.926 e 2.617, de 2015, apensados (Relator: Dep. Alexandre Baldy).*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de destaque da bancada do PCdoB com o seguinte teor:

*Senhor Presidente:*

*Requeremos, nos termos do inciso I, c/c o § 2º do art. 161 do Regimento Interno, destaque para votação em separado do Art. 11 do projeto, contido no Art. 1º do PL 6.568/16.*

*Sala das Sessões, em 15 fevereiro de 2017.*

*Deputada Alice Portugal*

*Líder do PCdoB*



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Alice Portugal, que falará a favor.

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, antes de encaminhar, quero apenas fazer o registro de que está presente em nosso plenário o Prefeito da belíssima e querida cidade de Aracaju, Edvaldo Nogueira, do PCdoB. A sua presença muito nos honra. Tenho certeza de que ele fará uma grande gestão a favor do povo de Aracaju.

Sr. Presidente, a nossa posição é muito tranquila porque estamos refazendo a discussão sobre o substitutivo do Senado. Sabemos da avidez dos Prefeitos, sabemos da circunstancia da crise e sabemos também que não temos o direito de abrir mãos de questões que nos são caras em relação à estrutura tributária brasileira, inclusive de como a população brasileira enxerga as nossas atitudes.

Este substitutivo, de maneira sorrateira — perdoem-me o termo, mas essa é a verdade —, suprime, do art. 11 do Projeto de Lei nº 6.568, a possibilidade de repatriação de cônjuges, de parentes, de ex-Parlamentares, de ex-ocupantes de cargo público. Isso nos coloca numa vulnerabilidade absurda aos olhos da população.

Além da bianistia que nós estamos garantindo a quem cometeu ilícitudes, esse artigo lamentavelmente deporá contra o Parlamento brasileiro porque seremos apontados como trianguladores de maracutaias. Trianguladores de maracutaias! Chega! O Parlamento precisa dialogar com a sociedade brasileira. O Parlamento precisa ser o espelho da sociedade brasileira. Essa questão depõe contra o Parlamento brasileiro.



Peço vênica para votar contra essa supressão porque isso, de fato, nos afasta, cada vez mais, dos interesses da Nação.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

Há dois Deputados inscritos para falar contrariamente que são favoráveis à emenda.

**O SR. DANIEL COELHO** - Sr. Presidente, eu fiz a minha inscrição, mas está errada.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o Bloco do PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Liderança do PP entende que esse substitutivo deve ser aprovado na íntegra para poder atingir os objetivos desse projeto.

Por isso, o PP mantém o texto. Vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Para encaminhar, concedo a palavra à Deputada Jandira Feghali, que falará a favor do destaque.

V.Exa. tem 3 minutos a mais para falar, uma vez que não havia lhe visto aqui no plenário.

**A SRA. JANDIRA FEGHALI** (PCdoB-RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, todo este Plenário acompanhou a discussão e votação do primeiro projeto — hoje ele é lei — da repatriação de recursos.



Foi um trabalho imenso para tentar construir um texto que nos possibilitasse excluir todo o recurso de origem ilícita do alcance da lei, como também todos os agentes públicos que, em tese, têm que estar dentro da legislação brasileira como, por exemplo, Imposto de Renda.

Nós não podemos mentir no Imposto de Renda, sonegar informações, porque isso dá cassação de mandato.

É óbvio que a lei não poderia alcançar ou beneficiar agentes públicos que nela está bastante abrangente. São cargos de direção, empregos públicos, eletivos ou não, incluindo aí o não alcance a parentes: diretos, primeiro grau, consanguíneos e afins, que envolve a sogra, o sogro, o filho adotivo, o cunhado etc.

Nós conseguimos preservar uma lei com um rosto, com uma face dentro da legalidade, ajudando o Brasil, tributando os recursos que, não sendo de origem ilícita e estabelecendo critérios absolutamente corretos, possam ser aplicados.

Ora, o que faz o projeto atual com essa mudança no texto? Ele premia quem não cumpre a lei, ou seja, ele premia o ilícito, ele estabelece alguns prazos que na nossa opinião não são corretos, mas, se o problema só fossem o prazo e a redistribuição para Estados e Municípios, nós teríamos votado a favor do projeto.

No entanto, esse destaque vai diretamente ao artigo que modifica o campo dos agentes públicos e dos parentes. Sinceramente, não é possível que a Câmara dos Deputados vá admitir a ampliação do benefício para outros agentes públicos que não sejam os de cargos eletivos e, pior, de cargos eletivos de 14 de janeiro para cá! Assim, ex-Vereador, ex-Prefeito, ex-Deputado, todo o mundo estará incluído no benefício da lei, e a questão lícita ou ilícita para mim não fica clara, bem como a



questão dos parentes, que são os laranjas, aqueles dos quais os agentes públicos se utilizam para cometer crime contra o nosso País.

O destaque é para voltarmos ao texto anterior da lei e não permitir a modificação. Essa lei foi aprovada aqui há pouquíssimo tempo. Nós aprovamos a lei há pouquíssimo tempo com esses cuidados.

Não é possível que pouco tempo depois, sob o argumento de favorecer os Governadores e os Prefeitos, sob o argumento de alargar um pouco mais o prazo para ter mais recursos o País, cometamos essa irresponsabilidade diante da sociedade brasileira! A Câmara não pode expressar para a sociedade o benefício aos políticos e aos seus parentes para cometer ilícitos contra este País. Isso não é admissível!

Por isso, fazemos um apelo para que este Plenário preserve o texto que ele mesmo aprovou há pouquíssimos meses e não permita essa abertura absolutamente aética e indigna num texto de lei para benefício de alguns próximos colegas e companheiros, agredindo a sociedade brasileira e fazendo um acinte a ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PCdoB vota “não”.

Como vota o PT?

**O SR. CARLOS ZARATTINI** (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vai votar “não”, porque nós consideramos que esse texto traz uma questão muito complicada para os Deputados, para os políticos em geral.

Portanto, somos favoráveis à supressão, até porque votamos favorável ao projeto, em função exatamente de que iríamos votar contrariamente a esse texto. Nós do PT somos favoráveis ao projeto na parte em que trata da arrecadação



desses recursos, e, ao mesmo tempo, da distribuição deles aos Estados e Municípios, e somos contra a abertura dessa brecha que favorece pessoas que têm cargos públicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

**O SR. SILVIO COSTA** - Presidente, posso encaminhar logo pela Minoria, para ver se alguém abre a cabeça e muda o voto?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - PSDB.

**O SR. SILVIO COSTA** - Eu encaminho depois do PSDB, então. Eu espero.

**O SR. DANIEL COELHO** (PSDB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB, mantém a coerência da posição do ano passado. É bom lembrarmos. Mais de uma vez, falei da tribuna que o PSDB foi o autor da emenda, através do hoje Vice-Prefeito de São Paulo, Bruno Covas, que retirou a possibilidade de repatriação de políticos.

Mantemos a mesma posição. O PSDB orienta “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o Bloco do PTB?

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vai falar, Presidente.

Isto é muito sério. Nesta lei da repatriação atual, como está escrito o art. 11? Nós estamos mudando a atual lei de repatriação. Lá está escrito que ficam excluídos os parentes. Isso na lei atual, na que está valendo. Parente não pode!

Sabem qual é o jabuti, por que o Governo está votando “sim”? Porque o Governo mudou a redação do art. 11 para permitir os parentes. E o Governo não tem coragem de dizer isso.



Eu vou repetir: o Governo mudou a redação do art. 11 para permitir que parente, até em último grau, possa repatriar. Portanto, quem está votando “sim” está permitindo que...

*(Desligamento automático do microfone.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

**O SR. SILVIO COSTA** - Falta eu orientar o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota?

**O SR. SILVIO COSTA** - Deixe-me concluir.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Vamos respeitar ou outros, Deputado.

Vota “sim” ou “não”?

**O SR. SILVIO COSTA** - Deixe-me concluir. Do jeito que o Governo quer...

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A Minoria vota “sim” ou “não”, Deputado? Eu não quero desligar o microfone.

**O SR. SILVIO COSTA** - Calma! É claro que o voto é “não”. Até parente de Fernandinho Beira-Mar vai poder repatriar.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB, mantendo a coerência da votação passada, vota “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

**O SR. BALEIA ROSSI** (PMDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, registro a importância deste projeto para os Estados e para os Municípios, lembrando que no ano passado 170 bilhões de reais voltaram para o



País, rendendo de Imposto de Renda e multa 50 bilhões de reais. Isso ajudou sobremaneira todos os Municípios e os Estados.

O PMDB já encaminhou a matéria principal favoravelmente, mas, neste instante, o PMDB encaminha “não” a este destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB?

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- “Sim” ao texto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero fazer, ao mesmo tempo, um alerta e um apelo às Sras. e Srs. Deputados.

Isso é o suprassumo da incoerência. Ao contrário do que disse há pouco o nosso amigo, o Deputado Alberto Fraga, esta proposta revoga o texto do art. 11 do próprio projeto que diz claramente: *“Os efeitos desta lei não serão aplicados aos detentores de cargos, empregos e funções públicas de direção ou eletivas, nem aos respectivos cônjuges e aos parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, na data da publicação desta Lei”*.

Este é o texto do art. 11 do projeto.

O que está se propondo é a revogação do próprio texto que proíbe o que está se propondo alterar agora. A nosso ver, essa é uma contradição esquizofrênica que não merece o abrigo desta Casa.

O PPS vota “não”.



---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT vai acompanhar o destaque, porque entende que realmente esse supressão é importante. O partido já votou a favor dos Municípios e dos Estados federados, e agora vota “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PP, Deputado Simão Sessim?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP muda o voto para “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?

**O SR. GLAUBER BRAGA** - Sr. Presidente, eu peço que acumule o meu tempo com o da Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

**O SR. PR. MARCO FELICIANO** (PSC-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha “não” neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PSC encaminha “não”.

Como vota o PEN?

**O SR. WALNEY ROCHA** (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PEN vota “não” por coerência, como votou no ano passado nesta matéria e conforme discutido.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Glauber Braga, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSOL.

**O SR. GLAUBER BRAGA** (PSOL-RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vejam que houve uma mudança no entendimento do Plenário. Neste momento, a única bancada que está orientando “sim” é a bancada do PRB. Todas as outras bancadas estão votando “não”.

É importante que esclarecermos que quem votar “não” está retirando a possibilidade de que parentes realizem o processo de repatriação, com a extinção de punibilidade que consta no projeto que está sendo deliberado.

A bancada do PSOL apoia este destaque do PCdoB. Consideramos inclusive, já que há uma ampla maioria, que poderia ter havido uma modificação do texto por parte do Relator.

Vale lembrar que não foi esta a matéria votada na Câmara dos Deputados. A bancada do PSOL mantém a sua coerência. Votou “não” lá atrás e vota “não” hoje.

O texto do Senado, a “repatriação dois”, piora a matéria, porque, nas articulações feitas pelo Senador Romero Jucá, houve inclusão da possibilidade de que cônjuge e parentes possam fazer a repatriação — repito — com a extinção da punibilidade.

Estou vendo o Relator da matéria, Deputado Alexandre Baldy, se posicionando para falar ao microfone e imagino que o ele próprio vai pedir a modificação do texto e o voto para que essa parte da matéria possa ser rejeitada.

Quero fazer um apelo para todos os Deputados e Deputadas e à Liderança do PRB, que até este momento está votando “sim”, a fim de que votem “não”. Dessa



---

forma, será garantido que não haverá envio de dinheiro irregular pós 2016 para o exterior e que esse recurso volte ao Brasil com a extinção de punibilidade.

Quando a Câmara votou a matéria, excluiu essa parte do texto lá atrás, e agora ela é recomposta no texto.

Dito isto, Sr. Presidente, quero também utilizar o tempo da Liderança do PSOL para dizer que a bancada do PSOL está recorrendo ao Plenário do Supremo Tribunal Federal contra a decisão do Ministro Celso de Mello, que garantiu a nomeação de Moreira Franco para o Ministério de Temer. Nós fazemos isso com o entendimento de que foi iniciada uma jurisprudência e, se não pôde no passado, não pode agora.

Queremos inclusive saber — chama-nos a atenção — qual será a posição do Ministro Gilmar Mendes, por exemplo, que declarou que tinha amizade de 30 anos com Temer e Moreira Franco. Ele vai se declarar suspeito para votar essa matéria? Lá atrás, ele concedeu o pedido de mandado de segurança que fez com que a nomeação do ex-Presidente Lula não pudesse ser realizada.

Mantém-se a coerência agora com Moreira Franco ou serão dois pesos e duas medidas? Não podemos ter um Judiciário com seletividade nas suas decisões.

Por esse motivo, recorreremos ao Plenário do Supremo Tribunal Federal.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- O PRB muda o voto para “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PRB vota “não”.

Como vota o PR?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (PV-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PV vota “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Rede?

**O SR. ALESSANDRO MOLON** (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Rede vota “não”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMB? (*Pausa.*)

Como vota o DEM?

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM vota “não”, Presidente.

**O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ** (Bloco/PTB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB vota “não”.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 009.3.55.O**  
**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

SUPRIMIDO O TEXTO.



**O SR. GLAUBER BRAGA** - Presidente, o destaque foi aprovado?

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O destaque foi aprovado. A matéria foi suprimida do texto.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa requerimento de destaque com o seguinte teor:

*Requeiro, nos termos do art. 161, inciso I, e § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, destaque para votação em separado do art. 2º do substitutivo apresentado ao PL 6.568/2016.*

*Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.*

*Deputado Glauber Braga*

*Líder do PSOL*



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga, que falará a favor. *(Pausa.)*

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, que falará a favor.

**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou utilizar o tempo de defesa desse destaque, que alguns entendem como fatal — nós o fizemos com essa intenção mesmo —, achando que o projeto, ainda que excluindo a possibilidade de que cônjuges daqueles que tiveram recursos não declarados no exterior e querem repatriá-los possam fazê-lo, continua muito ruim.

Inclusive, ao contrário da lei anterior, que se pretende modificar, a Lei da Repatriação, ele estabelecia um prazo do último dia do ano anterior para se postular a repatriação. Agora, ele amplia esse prazo para quem prossegue cometendo essa grave irregularidade, esse crime de ter recursos no exterior. Depois da Lei da Repatriação, do clamor público contra esse tipo de postura antipatriótica, o projeto continua com prazo generoso, largo, estabelecendo inclusive que se pode entrar para o programa de repatriação até a regulamentação da lei — não como a anterior que se pretende modificar — até o último dia do exercício passado.

Que fosse pelo menos até o final de 2016. Mas não, agora se alarga e, vejam bem, traz também a ideia muito perigosa — nós repetimos, que vai ser mantida no texto — da anistia àqueles que no processo de repatriação declararem valores não correspondentes aos que têm de fato no exterior. Pelo que está escrito na lei, isso gera uma multa, mas não suprime a total anistia pelo ilícito cometido. A punibilidade de quem fraudou, dentro da repatriação, continuará extinta.



Isso, para nós, é muito grave! Por isso, o nosso destaque é para derrotar o projeto em si.

Queremos fazer um alerta muito importante: tudo indica, pela votação anterior, que restituiu o art. 11 do projeto, que viveremos uma grande contradição, se não aprovarmos o destaque seguinte do PPS, do Deputado Rubens Bueno. O destaque que suprime a convalidação da adesão à repatriação é muito oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

**O SR. SIMÃO SESSIM** (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP entende que esse destaque inviabiliza totalmente o projeto, desconstrói, acaba. Por isso, nós queremos manter o texto. Votamos “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O voto “sim” é para manter o texto.

**O SR. JOÃO MARCELO SOUZA** (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB?

**O SR. PEDRO CUNHA LIMA** (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSB?

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O voto é “sim”, pela manutenção do texto, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PRB? (*Pausa.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O DEM vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB?

**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PDT?

**O SR. AFONSO MOTTA** (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT vota pela manutenção do texto, com o destaque anteriormente aprovado. Por isso, o voto é “sim”, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

Como vota o PR?

**O SR. JOSÉ ROCHA** (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PR vota “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

**A SRA. ALICE PORTUGAL** (PCdoB-BA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o PCdoB vota “sim”, apenas em função dos prazos dos Estados e Municípios.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS?

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS vota “não” ao texto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota o PSOL?



**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL vota “sim”, por ser contra o projeto. Aproveito para complementar o raciocínio, já chamando para a próxima apreciação, do destaque do PPS.

Vejam, nós restituímos o art. 11 no seu escopo original, excluindo cônjuges da possibilidade da repatriação. Só que é preciso suprimir também o art. 3º do projeto, que convalida a adesão dos cônjuges e parentes consanguíneos, senão fica uma contradição: a mesma lei que proíbe autoriza.

Portanto, como é um destaque para votação em separado, o nosso voto é “não” ao texto, mas alerta para um próximo “não” ao texto também que devemos garantir.

**O SR. JORGE CÔRTE REAL** (Bloco/PTB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB orienta “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. SÁGUAS MORAES** (PT-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PT orienta o voto “sim”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - O PT vota “sim”.

Como vota a Rede? (*Pausa.*)

Como vota o PEN? (*Pausa.*)

Como vota o PMB?

**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMB orienta o voto “sim” ao destaque e “não” ao texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Como vota a Minoria? (*Pausa.*)

Como vota o PSD?



**O SR. JOAQUIM PASSARINHO** (Bloco/PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós concordamos com a manutenção do texto. Mas, como foi feito há pouco, queremos lembrar o próximo destaque.

Não adiantará nada o que fizemos no destaque passado, retirando do texto o art. 11, se mantivermos o art. 3º. É muito importante que mantenhamos a coerência e votemos também pela retirada do art. 3º, senão estaremos facilitando as coisas para quem quer as coisas erradas.

Por isso, é importante mantermos o texto agora, para no próximo destaque retirarmos o art. 3º.

Muito obrigado.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 009.3.55.O**  
**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

MANTIDO O TEXTO.



**O SR. WELITON PRADO** (PMB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -  
Sr. Presidente, o PMB orienta o voto “não”.

**O SR. WALNEY ROCHA** (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr.  
Presidente, o PEN orienta o voto “sim”.

**O SR. ALEXANDRE BALDY** (Bloco/PTN-GO. Pela ordem. Sem revisão do  
orador.) - O Governo vota “sim”, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - A pedido do Deputado Alexandre Baldy, entendendo a aprovação do destaque anterior, e também para que ganhem tempo, vou colocar em votação o destaque do PPS.

*Senhor Presidente,*

*Nos termos do § 2º, c/c inciso I do art. 161 do Regimento Interno, requeiro destaque para votação em separado do art. 3º do substitutivo do Relator apresentado ao PL 6.568/16.*

*Sala das Sessões, 15 de fevereiro de 2017.*

*Deputado Arnaldo Jordy*

*Líder do PPS*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 009.3.55.O**  
**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o destaque do PPS.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.



**O SR. CHICO ALENCAR** (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ou seja, suprime-se do texto também definitivamente todos os cônjuges. Acabamos com a família.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Suprimiu do texto também.

**O SR. SILVIO COSTA** (Bloco/PTdoB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, suprimiu qual? O art. 3º...

Sr. Presidente, explique direitinho que V.Exa. acaba de suprimir o art. 3º que era igual ao art. 11.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - É isso. Por isso, rejeitei.

**O SR. SILVIO COSTA** - Pronto! Muito bem.

**O SR. ARNALDO JORDY** (PPS-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Ou seja, todas as referências a parentes de políticos e cônjuges foram retiradas do texto.

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Parentes de políticos estão retirados do texto.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa e vou submeter a  
votos a seguinte

**REDAÇÃO FINAL:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADA.

A matéria vai ao Senado Federal.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Último item da pauta, o Requerimento nº 5.905, de 2017, dos Srs. Líderes.

*Requer regime de urgência na apreciação do Projeto de Lei nº 5.555, de 2013, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 — Lei Maria da Penha — criando mecanismos para o combate a condutas ofensivas contra a mulher na Internet ou em outros meios de propagação da informação.*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 009.3.55.O**  
**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Em votação o requerimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem favoráveis permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

APROVADO.



---

## PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

**O SR. ROBERTO BALESTRA** (Bloco/PP-GO. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos que nos acompanham pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara*, por volta de junho do ano passado, quando foi anunciado pelo Presidente Michel Temer a intenção de lançar o programa do Cartão Reforma, eu tive a oportunidade de registrar um pronunciamento nesta Casa, demonstrando o caráter transformador que essa medida poderia causar na economia e na qualidade de vida dos trabalhadores mais pobres deste País.

Hoje, já discutindo a proposta nesta Casa, fico honrado em saber que esse é um programa que surgiu no meu Estado de Goiás, no Governo do nosso companheiro Marconi Perillo, e depois de inspirar outros Estados, como o do Pará, por exemplo, agora vai ganhar o Brasil. Fico mais feliz ainda em poder participar diretamente dessa discussão, como Presidente da Comissão Mista criada para esse debate, e dar a minha contribuição, com os exemplos da experiência que já tivemos em Goiás.

Ontem, a companheira Senadora Ana Amélia, que é Relatora dessa proposta, destacou em nossa reunião a preocupação com o controle social do benefício, para evitar fraudes. Acredito que os Municípios devem ser chamados a participar e terão papel fundamental nesse controle. Não há como o Governo Federal, daqui de Brasília, centralizar todas as ações Brasil a fora, sem contar com as parcerias regionais. A experiência de uma gestão centralizadora já demonstrou, em um passado recente, o quanto pode ser danosa para o País.



Nesse sentido, destacamos que essa Comissão já convocou duas audiências públicas, que vão ter a participação de representantes do Ministério das Cidades, da Agência Goiana de Habitação, da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, da Confederação Nacional de Municípios, Caixa Econômica Federal, Frente Nacional de Prefeitos e Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção.

O grande acerto dessa medida, colegas, é que não há nada mais importante para um pai de família — e todos nós aqui que temos uma família sabemos bem disso — do que ter um lar confortável e seguro para criar seus filhos. Além de atacar uma necessidade fundamental do brasileiro, que é o sonho de tornar o seu lar um lugar melhor para viver, essa ação ainda pode reavivar o consumo, que é um dos principais componentes da crise, e reaquecer o mercado da construção civil, que foi tão importante para o emprego nos últimos anos.

Parece uma ação pequena, mas não tenho dúvidas de que será mais um pontapé para a saída da paralisia econômica em que vivemos. Outras medidas mais estruturais da economia já estão surtindo efeito. Já vemos a redução da inflação, da taxa de juros e a expectativa de crescimento da economia, mesmo que pequeno, para este ano. O Cartão Reforma é, portanto, a metáfora perfeita para esse momento do Brasil, que é de arrumar a casa.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*.



**O SR. VINICIUS CARVALHO** (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, iniciamos mais um ano legislativo, com a efervescência de problemas cruciais que afetam o País inteiro. Precisamos levar adiante o combate à corrupção, reduzir os índices de desemprego, reaquecer a economia e promover as reformas que se fazem necessárias para não deixar o Brasil ainda mais fragilizado.

A reforma da Previdência é uma das principais pautas e talvez a mais polêmica a ser discutida neste retorno dos trabalhos desta Casa. O assunto varre o Brasil inteiro, porque preocupa o trabalhador brasileiro, da cidade grande ao menor recanto, do que contribui pelo teto ao que recolhe o menor percentual. Toda mudança impõe receios. É natural que a população esteja considerando a reforma da Previdência algo desnecessário, com o intuito apenas de prejudicar os cidadãos. Poucos buscam entender o déficit previdenciário, este sim um vilão que vem corroendo ano a ano a estrutura de um sistema que tem a responsabilidade social de pagar em dia aposentadorias, pensões e benefícios.

Acusam o Governo de querer dificultar a aposentadoria pelo INSS para fomentar a Previdência privada. Cabe destacar que a Previdência privada jamais se igualará à Previdência Social, que garante ao trabalhador benefícios tais como pensão, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, etc. Absolutamente nenhum cidadão deve abrir mão da Previdência Social.

Afirmam que, por conta da recessão, não é hora de promover uma reforma nesse âmbito. Cabe, então, lembrar que foi por conta de postergar essa medida que a Previdência chegou a esse nível de déficit, que coloca em risco todo o sistema.



Criticam o fato de o Governo apresentar uma proposta que prevê que brasileiros e brasileiras só possam se aposentar a partir dos 65 anos, mas é importante esclarecer que essa é uma tendência mundial. Essa regra já é aplicada em países como México, Bélgica e Suíça. E para mostrar que o Brasil não está na contramão, em alguns lugares, a idade atual para aposentadoria é 65 anos, mas já tem data marcada para subir. É o caso da Dinamarca, onde a idade se elevará de 65 para 67 anos até 2022. Na Austrália, o mesmo ocorrerá até 2023. Na Alemanha, até 2029 a idade mínima para aposentadoria também será de 67 anos.

Temos recebido muitas mensagens pelas redes sociais de seguidores, a maioria contra a reforma, mas, como membro da Comissão responsável pela análise da proposta, precisamos deixar claro que o Governo tem todo o direito de enviar ao Congresso uma proposição em seus termos. Isso não significa, porém, que iremos aceitar mudanças que agriam os direitos do trabalhador. Estejam certos de que mesmo convivendo entre divergentes, estamos buscando convergência pelo bem da sociedade. Este é o verdadeiro sentido da política.

O meu compromisso e do meu partido, o PRB, é discutirmos e exaurirmos todos os argumentos a favor e contra a reforma. O fato de fazermos parte da base aliada do Governo não significa que apoiaremos qualquer retrocesso, qualquer medida que desestruture a sociedade. O nosso posicionamento será sério, pautado principalmente no respeito àqueles que nos elegendem.

Assumimos, portanto, o compromisso público, de sermos os olhos da sociedade, neste momento que requer tanto equilíbrio, serenidade e responsabilidade.

Que Deus abençoe o trabalho nesta Casa! Que a Câmara possa realmente



ser protagonista das reformas de que o País tanto necessita, mas sem macular e sem ferir os direitos do trabalhador brasileiro!

Muito obrigado.



## **VI - ENCERRAMENTO**

**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 009.3.55.O**  
**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - **COMPARECEM MAIS OS SRS.:**



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**  
**Número Sessão: 009.3.55.O**  
**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**  
**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**  
**Montagem: 5827**

---

**DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:**



**O SR. PRESIDENTE** (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando Sessão Deliberativa Extraordinária para quinta-feira, dia 16 de fevereiro, às 9 horas, com a seguinte Ordem do Dia: Projetos de Decreto Legislativo nºs 8, 53, 138, 146, 167, 169, 174, 205, 220, 262, 297, 299 e 301, de 2015; 389, 424, 524 e 530, de 2016. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**Número Sessão: 009.3.55.O**

**Data: 15/02/2017**

**REDAÇÃO FINAL**

**Tipo: Deliberativa Extraordinária - CD**

**Montagem: 5827**

---

*(Encerra-se a sessão às 20 horas e 39 minutos.)*